

TONIOL, RODRIGO. ESPIRITUALIDADE INCORPORADA: PESQUISAS MÉDICAS, USOS CLÍNICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEGITIMAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE COMO FATOR DE SAÚDE. PORTO ALEGRE: EDITORA ZOUK, 2022.

Keytyane Medeiros¹

Ao contrário do que pode parecer a princípio, o livro *Espiritualidade Incorporada* (2022) não tem o objetivo responder à pergunta “O que é espiritualidade?”. Escrito ao longo de 7 anos pelo pesquisador e antropólogo Rodrigo Toniol, o livro explora a versão médico-científica da espiritualidade, analisando suas formas de presença em documentos oficiais, em políticas públicas e em protocolos de atendimento médico.

Durante o doutorado, o pesquisador deparou-se com uma questão: como a espiritualidade se tornou uma categoria necessária para estabilizar a ideia de bem-estar como item universal da saúde humana? Inspirado nos trabalhos de Bruno Latour e Steve Woolgar (1979), *Espiritualidade Incorporada* (2022) vai em busca das formas de inscrição da categoria no âmbito técnico-científico da medicina e, a partir disso, analisa as diferentes realidades que ele produz, dos arquivos da Organização Mundial de Saúde (OMS) às salas de quimioterapia em Porto Alegre (RS).

No prefácio o autor explica que o nome *Espiritualidade Incorporada* remete tanto à ideia de espiritualidade no corpo, elaborada como objeto de análise das ciências médicas quanto à ideia de espiritualidade como matéria e substantivo, uma categoria que se inscreve em prontuários, políticas de saúde e metodologias de pesquisa, movendo-se com o tripé religião/espírito/espiritualidade dentro e fora das Ciências Sociais.

¹ Mestranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: keytyane.medeiros@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1504-5378>.

Espiritualidade Incorporada trata-se de um “exercício de ir em busca da vida social das categorias” (TONIOL, p. 14) e, para isso, pesquisador debruçou-se sobre seu trabalho de campo em 3 hospitais brasileiros, o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), em Porto Alegre (RS), o Hospital das Clínicas e o Hospital Beneficência Portuguesa em São Paulo, além de participar de eventos científicos e congressos médicos. Toniol também dedicou atenção às publicações acadêmicas dos campos da espiritualidade e das ciências médicas, em particular psiquiatria, enfermagem e medicina. Essa revisão de atores e cadeias de legitimação levou o autor à última escala de análise, chegando às resoluções, atas e discursos sobre o tema na própria OMS, na Suíça.

O capítulo 1 “Espiritualidade e Ciências Sociais: uma revisão” faz uma análise sobre as disputas da categoria sendo a multiplicidade de usos um dado que indica uma lacuna conceitual nos estudos da Religião. O autor observa que, na literatura, “espiritualidade” costuma aparecer tanto quanto substantivo, abrangente e pouco categorizado, quanto como adjetivo oferecido pelo campo empírico, sem necessidade de explicações (TONIOL, p.18). Além disso, embora “espírito” e “espiritualidade” apontem para certa interioridade do sujeito e, neste sentido, se oponham à ideia de materialidade, seu emprego não atua como sinônimo de “espírito”, já que este é relacionado a fenômenos de possessão religiosa. Espiritualidade, aparece como conceito ambíguo, sinônimo de uma religiosidade não institucional, sintetizada na fórmula “spiritual but not religious” (Ammerman, 2013 apud TONIOL, 2022).

Apesar disso, Toniol chama atenção para a “espiritualidade” ser tomada como “dado científico” pela própria OMS e ser legitimada como característica humana universal, como se todo ser humano fosse, por si mesmo, um ser espiritual, independente de sua cultura, território ou contexto biopsicossocial. Se assim for, qual o papel do Estado na gestão dessa premissa? Se couber ao Estado prover cuidados com a espiritualidade, como se pode fazer isto sem ferir sua laicidade e a liberdade religiosa dos indivíduos?

O autor parte da premissa de que os usos recentes da categoria envolvem certo processo de “autonomização”, fruto do movimento da Nova Era. Como demonstrará no último capítulo, essa “autonomização” tem o potencial de “psicologizar” a espiritualidade e gerar ainda mais usos para a categoria nos próximos anos. Neste sentido, Toniol se inspira no trabalho de Courtney Bender (2012 apud TONIOL, 2022), para quem a espiritualidade se baseia na experiência íntima dos indivíduos e se diferencia da religiosidade e da secularidade institucionalmente. A partir dessa reflexão, o autor desenvolve um dos principais argumentos do livro, isto é, a ideia de a espiritualidade é uma categoria analítica mediada pela institucionalidade e como tal, transformada por seus usos, movendo-se entre a religião e a secularidade e reorganizando as tensões desse tripé, tanto nas políticas públicas de saúde, quanto nas práticas clínicas.

Para deslocar a ideia de espiritualidade do guarda-chuva religioso, torna-se necessário rastreá-la em tradições discursivas tributárias da própria modernidade e vislumbrá-la como fruto de processos históricos, como aponta Van der Veer (2013 apud TONIOL, p. 23). Para isso, o pesquisador investiga as inscrições literárias (Latour e Woolgar, 1979) da espiritualidade na OMS desde a sua criação, em 1948, através da análise de 2.000 documentos da instituição. No capítulo 2 “Atas do Espírito Organização Mundial da Saúde e suas formas de instituir espiritualidade” suas descobertas revelam movimentos interessantes.

O autor demonstra que a categoria foi mobilizada de maneira a estabelecer e a dinamizar uma *Espiritualidade dos Outros* fundamental para elaborar certa *Espiritualidade de Todos*. Neste sentido, o autor argumenta que a *Espiritualidade de Todos* começa a existir logo após a II Guerra Mundial, quando a missão da OMS passa a ser a “conquista do mais alto nível de saúde possível para todos os povos”. A organização passou a ser responsável por universalizar o acesso a serviços de saúde e ao mergulhar no histórico da instituição, o pesquisador descobriu o reagrupamento de diversas instituições religiosas europeias sob o guarda-chuva da OMS, como é o caso do Conselho Mundial de Igrejas (CMI).

Organizado em frentes de trabalho, o CMI dedicou especial atenção à Comissão de Médicos Cristãos (CMC) que realizava missões em países localizados na Ásia, África e América Latina. Com o desenvolvimento de hospitais locais a partir das missões evangélicas, o tipo de relação dos médicos com as lideranças religiosas locais mudou, transformando “curandeiros” em “aliados”, que expandiam a visão dos médicos sobre o tratamento holístico oferecido aos enfermos e melhoravam a eficácia dos tratamentos. Com isso, as práticas de cuidado culturalmente compatíveis com as noções de corpo e espírito de seus grupos foram adicionadas às práticas médicas ocidentais e esse tipo de conhecimento local passou a ser tratado pelo CMC e pela OMS como Medicina Tradicional, ou como a Espiritualidade dos Outros. As medicinas tradicionais então passaram a dizer respeito a populações que concebem a saúde como uma totalidade que integra corpo, mente e espírito, englobando a dimensão espiritual como “face incontornável de seu processo de cura” (TONIOL, p. 49). As práticas holísticas passaram a ser desterritorializadas e desculturalizadas, como a yoga, primeiramente descrita como uma jornada espiritual empregada no alívio de doenças na Medicina Tradicional hindu e posteriormente avaliada como prática de promoção de bem-estar físico e mental com comprovadas evidências científicas.

Desta forma, a Espiritualidade dos Outros abre caminho para uma Espiritualidade de Todos, apoiada na ideia de que uma medicina integrativa e holística pode ser descolada das culturas locais e assumir uma dimensão autonomizada. Em 1978, a OMS reconhece as Medicinas Alternativas e Complementares como categoria afim à Medicina Tradicional e, anos mais tarde, inclui a espiritualidade como uma das dimensões de saúde humana. Inscrevendo a saúde como “estado dinâmico de completo bem-estar físico, mental, *espiritual* e social e não apenas ausência de doença e enfermidade” (TONIOL, p. 56), a OMS positiva a espiritualidade e a vincula à ideia de bem-estar individual.

Uma vez inscrita no corpo, a espiritualidade passa a ser rastreável pelas técnicas médico-científicas – pelo menos, é o que defende o autor no capítulo 3 “Capturando o espírito”. A partir de inúmeros exemplos etnográficos

que reúnem relatos sobre o uso dos instrumentos de mediunidade kardecista a ressonâncias magnéticas associados a protocolos de anamnese espiritual, Toniol traz à tona o debate sobre a materialidade da espiritualidade nas ciências médicas. O que inspira o pesquisador é saber que “afinal, as formas de ver transformam a própria natureza daquilo que é visto” (TONIOL, p. 69) e, por isso, a existência de médicos, pesquisadores e experts em espiritualidade marca a virada ontológica no que existe para ser visto sobre a espiritualidade também nas Ciências Sociais.

É importante dizer que para o autor, “as máquinas de captura da espiritualidade”, isto é, os exames e questionários, deslocam a espiritualidade do campo subjetivo para o campo naturalista. A originalidade reside na ideia de que “a legitimação da espiritualidade como um fator de saúde está relacionada com a possibilidade de apresentá-la como um dado universal, mais próximo daquilo que é da ordem da natureza do que daquilo que é da ordem da cultura” (TONIOL, p. 77). É nesse momento que a autonomização da espiritualidade começa a mostrar a sua importância. A partir das práticas individuais de experiência espiritual (como transe, oração, meditação) os procedimentos médico-científicos fazem emergir certa objetivação da espiritualidade que, no capítulo 4 vai se estender sobre a secularidade.

Escrito em parceria com Emerson Giumbelli, o capítulo “Pra que serve a espiritualidade?” explora as articulações entre grupos de pesquisa, prontuários de atendimento e políticas públicas de saúde. Aqui, a espiritualidade é tratada como aspecto central da modernidade, uma vez que está amparada na ideia de *inner experience* do sujeito ocidental e pode ser ajustada como dimensão essencial à saúde e ao bem-estar, como propõe a Política Nacional de Humanização (PNH) e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), do Ministério da Saúde no Brasil. Nestas resoluções, as terapias alternativas/complementares são tomadas como tecnologias ajustadas às *abordagens holísticas* e, portanto, podem estar presentes nos espaços públicos de tratamento de saúde. É o caso do oferecimento de práticas de *reiki* durante as sessões de quimioterapia do Grupo

Hospitalar Conceição (GHC) em Porto Alegre, onde o autor realizou parte do trabalho de campo.

Tanto a direção do hospital quanto o fórum médico entendem que a oferta de serviços de assistência religiosa integra uma abordagem humanizada ao tratamento de saúde e desempenha, empiricamente, um papel essencial para a recuperação dos enfermos. No entanto, como destacam os autores, “se espiritualidade produz saúde, tal mecânica não envolve diretamente a providência divina. Ela envolve a existência de uma crença e, sobretudo, a presença de um agente religioso” (TONIOL, p. 113). Desta forma, a espiritualidade aparece como técnica terapêutica e é validada pelas políticas públicas como prática integrativa, reservando ao enfermo o direito à liberdade religiosa.

O último capítulo aborda a negatização da espiritualidade junto às ciências médicas e sua posterior positivação como potência de desenvolvimento humano. Escrito em parceria com Lucas Bacceto, o capítulo 5 “Diagnosticando a espiritualidade” volta-se para os transtornos mentais e a apropriação de processos de iniciação xamânicos para explicar experiências culminantes. Operando entre a culturalização da espiritualidade e sua universalização, o capítulo conta a trajetória da classificação de episódios de transtornos mentais vinculados à problemas religiosos ou espirituais a partir do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), de 1994. Influenciado pela geração beat, o Movimento pelo Potencial Humano defendia o acesso a estados alterados de consciência por meio do uso de substâncias psicodélicas, como o LSD ou de experiências espirituais culminantes, como defende o psicólogo David Lukoff. Depois de analisar seu episódio psicótico como *despertar espiritual* e como patologia, Lukoff integra a dimensão espiritual de iniciação xamânica à explicação como forma de transcender os estados de consciência (p. 168) e alcançar certa potência transpessoal. A partir daí, legitima o olhar para as práticas de outras culturas como forma de acessar outros estados de consciência e transformar possíveis estados patológicos em episódios de caráter espiritual de outra ordem, dentro da cultura ocidental. Esse descolamento das práticas culturais seguido de certa associação com o

inconsciente é o que os autores do capítulo chamam de “psicologização da espiritualidade” (TONIOL, p. 181). Esse capítulo demonstra de maneira objetiva que a espiritualidade é sobretudo uma categoria inscrita em processos históricos, alvo de disputas e institucionalizações.

Ao final, parece haver em *Espiritualidade Incorporada* muito mais do que respostas. Existem caminhos mapeados sobre a categoria e uma série de perguntas com o potencial de desestabilizar outras categorias tomadas pelas técnicas médico-científicas como estáveis, como “bem-estar”, “humanização” e “consciência”. Com isso, o livro parece ter conseguido dinamizar o debate sobre a própria ideia de espiritualidade nas ciências biomédicas e sociais, além de também questionar certa ideia de *humano*, extrapolando os estudos da Religião.

REFERÊNCIAS

- AMMERMAN, N.T. Spiritual but not religious? Beyond binary choices in the study of religion. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 2, 52, p.258-278, 2013.
- BENDER, C. TAVES, A. (e.d) *What matters?: Etnografies of Value in a Not so Secular Age*. Columbia: Columbia University Press, 2012.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. 1997. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. (Trad. Angela R. Vianna) Rio de Janeiro: Relume Dumará. [1988].
- MOL, A. *The body multiple: Ontology in medical practice*. Durham, NC: Duke University Press, 2002.
- TONIOL, Rodrigo. *Espiritualidade Incorporada: Pesquisas médicas, usos clínicos e políticas públicas de legitimação da espiritualidade como fator de saúde*. 1ª Edição. Porto Alegre: Editora Zouk, 2022.
- VAN DER VEER, P. *The modern spirit of Asia: the spiritual and the secular in China and India*. Princenton, NJ: Princeton University Press, 2013.

Recebido em: 10/03/2023

Aprovado em: 13/03/2023